

ATUAÇÃO DO SETOR PRIVADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTUDO SOBRE UM MUNICÍPIO DO SUL BAHIA

Emília Peixoto Vieira [*]

Celia Serafim Santana [**]

[*] Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC Coordenadora Programa de Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Educação/PPGE/UESC - Coordenadora Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão Educacional/PPeGE; Coordenadora Projeto Extensão Fortalecimento e Articulação da Educação Infantil/FAEI - <https://orcid.org/0000-0001-9718-742X> - emilcarl28@hotmail.com

[**] Formada em Psicologia. Estudante de Pedagogia da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) - Bolsista de Iniciação Científica (FAPESB) - <https://orcid.org/0000-0001-5417-6384> - celiaserafim@live.com

A partir da década 2000, cresce a atuação empresarial no campo político e educacional, momento em que o setor privado passa assumir funções que antes eram de responsabilidade fundamentalmente do Estado. Diante desse contexto, o objetivo dessa pesquisa foi analisar a relação entre o setor público e o privado na Educação Infantil e identificar a inserção de grupos empresariais que oferecem serviços para essa etapa da Educação Básica, em parceria com um município no Sul da Bahia. É uma pesquisa guiada por uma leitura crítica e da totalidade da realidade, levando-nos a compreender tanto o universal e o particular quanto a relação do todo/parte. Realizou-se um levantamento bibliográfico, buscando artigos publicados entre os períodos de 2002 a 2019 sobre a temática. Utilizou-se também referências da pesquisa documental, disponíveis no *site* da Associação dos Municípios do Sul da Bahia, nas páginas dos Institutos NATURA e ARAPYAU, da empresa CARGILL, além de informações divulgadas por *Blogs* e Revistas da região. Os resultados mostram que há grande influência e atuação do setor privado na gestão do setor público, por meio das capacitações, parcerias, assessorias e fóruns. As empresas foram responsáveis por influenciar a elaboração de políticas educacionais municipais como PME, Jornada de Trabalho e Currículo da Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil. Política Educacional. Parcerias Público-Privado.

INTRODUÇÃO

O objetivo desse estudo foi analisar a relação entre o setor público e o privado na Educação Infantil e identificar a inserção de grupos empresariais que oferecem serviços para essa etapa da Educação Básica no município de Ilhéus/BA. Contraditoriamente aos avanços legais com a institucionalização da Educação Infantil posta na Constituição Federal (CF) de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 1996, estabelecendo a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, no Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024), Lei nº 13.005 de 2014, e na Lei nº 11.494 de junho de 2007, que aprova o FUNDEB, percebe-se a insuficiência do Estado brasileiro em atender a essa etapa com qualidade. Nesse contexto, crescem políticas públicas que apresentam parcerias entre municípios, em formas de convênios com empresas (organizações formadas por iniciativa privada, sem fins lucrativos, que prestam serviços de caráter público).

Autoras como Adrião e Peroni (2005) analisam que o Estado brasileiro passou por uma crise estrutural nos anos 1990, período de crise do grande capital e da introdução das ideias do neoliberalismo. Esse contexto foi utilizado como argumento pelo Estado para imprimir políticas públicas educativas com ações e estratégias governamentais fundamentadas nas proposições do neoliberalismo e da “terceira via”, pautadas na redução do papel do Estado na área econômica e nas políticas sociais. Em geral, tal combinação levou a processos de “[...] distanciamento dos valores da gestão democrática e a prevalência da orientação empresarial nos sistemas de ensino” (PIRES, 2015, p. 49).

Para Peroni e Adrião (2006), o neoliberalismo pode ser compreendido como política de saída para a crise do capital: por um lado garante o crescimento da taxa de lucro e, por outro, intensifica e explicita a exploração da classe trabalhadora. Ainda segundo as autoras, o papel do Estado em relação às políticas sociais é alterado; pois, para o ideário do neoliberalismo, é necessário racionalizar recursos e esvaziar o poder das instituições públicas, já que são permeáveis às pressões e demandas da população, além de serem consideradas como improdutivas pela lógica de mercado. A responsabilidade pela execução das políticas sociais deve ser repassada para a sociedade, principalmente para o mercado, considerado respeitado e eficaz (PERONI; ADRIÃO, 2006). Desse modo, o Estado para os neoliberais, segundo Peroni (2015, p. 17), é considerado como ineficiente, burocrático, corrupto e causador da crise fiscal.

De acordo Saloman (1998), o termo “terceiro setor” pode ser utilizado como expressão associada às “organizações sem fins lucrativos” ou “setor voluntário”, cuja ascensão foi produto de uma série de conjunturas de crises, reformas e expansão de movimentos sociais e político-institucionais convergentes e voltados tanto para limitar o poder do Estado quanto para abrir caminho para aumentar a presença da sociedade civil organizada (entende-se – empresas que formam seus institutos e organizações para disputar a política pública) na execução de políticas públicas e ações associativas. (SALAMON, 1998).

Segundo Lima e Martins (2005, p. 44), a “terceira via”, vinculada principalmente às forças sociais de centro-esquerda, “[...] parte das questões centrais do neoliberalismo para refiná-lo e torná-lo mais compatível com sua própria base e princípios constitutivos”, consistindo em uma versão atualizada do projeto burguês que “[...] mantém as premissas básicas do neoliberalismo em associação aos elementos centrais do reformismo socialdemocrata”. Para Giddens (1999, p. 36), formulador desse projeto, “terceira via”

[...] se refere a uma estrutura de pensamento e de prática política que visa adaptar a socialdemocracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das duas ou três últimas décadas. É uma terceira via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a socialdemocracia do velho estilo quanto o neoliberalismo.

Segundo Montañó (2002, p. 184), o terceiro setor acaba assumindo as funções de respostas às demandas sociais, que antes eram de responsabilidade fundamentalmente do Estado, com valores de sociedade local e responsabilidade social. Assim, suas relações de parceria acabam por substituir os valores de universalidade e direito aos serviços sociais.

O movimento revisionista proposto pela terceira via defende a reforma do Estado, incluindo um movimento de reeducação política das massas, com “a tentativa de compatibilizar a economia de mercado com justiça social”, ou seja, implantar um capitalismo de “face humana” e um conformismo capaz de assegurar a coesão social. (MARTINS, 2009, p. 66).

No que se refere às políticas sociais, tanto o neoliberalismo quanto a terceira via rejeitam a noção de direitos sociais, o princípio da universalidade, a oferta e o financiamento público, defendendo estratégias de mercantilização e submissão dos bens sociais à lógica privada. Para Martins (2009), entretanto, a atuação empresarial no campo político e educacional não é algo novo, o que de fato é novo é a forma como essa classe dominante tem conseguido penetrar no seio da sociedade, por meio da criação de um organismo específico para atuar na educação pública e com o discurso da educação de qualidade para todos.

Desse modo, a atuação do setor privado no campo educacional cresceu ao longo dos anos 2000 até os dias atuais e tem sido a referência ideológica de êxito de educação de qualidade. Esse processo, justificado pela ineficiência do Estado e pela habilidade do mercado em resolver os problemas, tem avançado para os municípios brasileiros e, entre eles, os municípios do Sul da Bahia.

Nesse trabalho, procuramos identificar a existência de parcerias entre o setor público e privado nos municípios do Sul da Bahia, mais precisamente em Ilhéus/BA, para o atendimento à Educação Infantil. Temos como questões de investigação: Há parcerias com o município de Ilhéus com o setor privado? Que tipo de parceria se estabeleceu e quem são as empresas e/ou instituições? Para responder a essas questões apresentamos como objetivos: identificar empresas que realizam/ram parcerias com o município de Ilhéus/BA para o atendimento à educação, mais precisamente, à Educação Infantil; identificar os tipos de parcerias que foram estabelecidas para a Educação Infantil.

Para o atendimento aos objetivos desse trabalho, a pesquisa foi guiada por uma leitura crítica e da totalidade da realidade, levando-nos a compreender tanto o universal e o particular quanto a relação do todo/parte (CURY, 1987). Também fez parte da nossa leitura do contexto, uma das categorias elaboradas por Gramsci (1980), o Estado Ampliado. No Estado Ampliado, a sociedade civil é parte e compõe junto o Estado, vista como uma organização constituída de instituições complexas, públicas e privadas, articuladas entre si, cujo papel histórico varia por meio das lutas e das relações de grupos específicos e poderes, que se articulam a partir dos consensos e da busca pela hegemonia. O estudo em Gramsci nos auxiliou a compreender o lugar que os grupos empresariais, identificados como sociedade civil, ocupam na sociedade, sendo não somente atores econômicos, mas, sim, protagonistas que pretendem imprimir visão cultural, ideológica e educacional própria, a fim de preservar sua vantagem econômica e social.

Nos procedimentos metodológicos, utilizamos um levantamento bibliográfico, que segundo Vosgerau e Romanowski (2014, p. 6) abrange “[...] a elaboração de ensaios que favorecem a contextualização, problematização e uma primeira validação do quadro teórico a ser utilizado na investigação empreendida”. Utilizamos também a pesquisa documental em que “[...] a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 174).

Esse trabalho está organizado em duas partes. Na primeira parte ressaltamos a institucionalização da Educação Infantil nas legislações e os desafios para efetivação de políticas públicas para as crianças, principalmente a partir da mudança do papel do Estado na

oferta da educação. Apresentamos também a discussão sobre a relação entre o setor público e o privado para o atendimento a essa etapa da Educação Básica. Na segunda parte apresentamos as empresas identificadas no município de Ilhéus/BA, que ofertam serviços para a educação pública municipal e os tipos de parcerias que foram estabelecidas para a Educação Infantil. Ao final, apresentamos as considerações sobre a pesquisa.

A institucionalização da Educação Infantil e os desafios para seu atendimento como política pública mantida pelo Estado

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, estabelece a Educação como direito de todos e dever do Estado e da família e, no Art. 208, garante a Educação como um direito público e subjetivo. Esse contexto legal da CF de 1988 marca o período da nova abertura democrática do país, depois de mais de 20 anos de ditadura civil-militar. Após a CF/1988 entrar em vigor, iniciou-se o debate para a elaboração de uma nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB, capaz de organizar a educação brasileira em novos tempos de democratização do Brasil e de reivindicação do papel do Estado como responsável pela educação pública. Em dezembro de 1996, foi publicada a LDB, Lei nº 9.394 de 1996, depois de um longo período de disputa sobre os fins e finalidades da educação brasileira.

A LDB/1996 organiza a educação nacional, e torna a Educação Infantil a primeira etapa da Educação Básica. A implementação da LDB foi marcada por lutas e reivindicações do grupo de profissionais da educação em defesa da educação pública, gratuita e ofertada pelo Estado. Do período após CF de 1988 à publicação da LDB, em 20 de dezembro de 1996, muitas disputas políticas foram contestadas entre aqueles que defendiam a educação pública e de direito de todos e os defensores do setor privado, principalmente na defesa do direito individual, invocando a liberdade de escolha.

A disputa pela política pública de educação também se estendeu para discussão e elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE). Para os defensores do Estado em ofertar a educação a todos e todas, o PNE significa um projeto do Estado brasileiro para melhorar a educação, com metas e estratégias a serem cumpridas em um período de 10 anos, e inibir sua redução e concepção a um plano de Governo (DOURADO, 2006). Em 2001, após discussões de dois projetos de sociedade, o PNE foi aprovado pela Lei nº. 10.172/2001, para o período de 2001 a 2011, e a sua publicação determinou que estados, municípios e Distrito Federal deveriam organizar seus planos específicos para o atendimento à educação básica.

Como o PNE de 2001 obteve vetos presidenciais, principalmente ligados ao financiamento, boa parte de suas metas e estratégias foram impedidas de execução, tornando o Plano no campo de

documento legal importante, mas com pouca efetividade. Com a situação, os movimentos sociais organizados em defesa da escola pública e de responsabilidade do Estado reivindicaram mudanças nas políticas no período, com avanços e retrocessos, até que em 2011 expirou-se o PNE (2001-2011), necessitando um novo PNE.

Depois de muitas discussões e disputas por projetos de sociedade e educação, em 2014, e após várias Conferências de Educação, com diagnósticos da realidade educacional brasileira, foi aprovado o segundo PNE, pela Lei nº 13.005/2014, para os próximos dez anos (2014-2024), com metas e estratégias a serem cumpridas pelo Estado brasileiro. A partir de sua aprovação, os estados, municípios e Distrito Federal deveriam estruturar ou fazer seus planos municipais e, entre as metas,

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE. (BRASIL, 2014).

Todo esse contexto legal, apesar de representar muitos avanços concernentes à educação, ao longo da história da educação brasileira, percebe-se que a realidade está bem longe de um nível satisfatório de qualidade de acesso e permanência ao contexto escolar. Para alguns pesquisadores como Dourado (2017), Adrião e Peroni (2005), a implementação de políticas públicas, como instrumentos potencialmente efetivo de materialização ao acesso a escola, ainda não se correlaciona com a prática de sua efetividade nas escolas públicas brasileiras e, portanto, assegurar o cumprimento dos direitos e garantias fundamentais, estabelecidos por essas legislações, é um desafio na atualidade.

O Brasil é um país que historicamente tem negado o direito à educação ao seu povo, apesar de toda a luta que vem sendo travada pela sociedade brasileira em defesa da escola pública e responsabilidade do Estado. Quando se trata da Educação Infantil, a negação aparece de forma excludente e perversa. Estudiosos da área (KUHLMANN Jr., 2000; ROSEMBERG, 2003; REZENDE, 2013) têm demonstrado como, mesmo depois da Constituição de 1988, os direitos das crianças vêm sendo negligenciados. Rezende (2013) assinala que

Até a década de 1990, observou-se um esforço governamental no sentido de universalizar o atendimento no ensino fundamental até que, em 2000, a taxa de frequência à escola, na faixa etária de 6 a 14 anos, chegasse a 93,1%. No que se refere à educação infantil, em 2000, apenas 51,4% das crianças de 4 e 5 anos de idade frequentavam a creche ou pré-escola e apenas 9,4% das crianças de 0 a 3 anos o faziam. (REZENDE, 2013, p 15).

Essa situação apresentada por Rezende pode ser ocasionada pelos vetos ocorridos no PNE de 2001, ligados ao financiamento, o que contribuiu significativamente para a redução dos investimentos públicos na educação e, principalmente, na Educação Infantil. Além disso, a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério/Fundef, em dezembro de 1996, que concentrou os gastos no Ensino Fundamental, deixando de fora a Educação Infantil e o Ensino Médio, além de diversas outras modalidades, enfraqueceu o movimento em defesa da institucionalização da primeira etapa da Educação Básica, ao não prever gastos públicos para o atendimento, em espaços escolares, às crianças de 0 a 5 anos e 11 meses.

A Educação Infantil, a partir da Constituição Federal de 1988, ficou com a responsabilidade dos municípios, em regime de colaboração com os Estados e a União, o que na prática, para diversos autores (PINTO, 2012; SANTOS, 2015), com a publicação do Fundef, sem apoio efetivo da União para sua institucionalização e ampliação no atendimento, concentrados os esforços no Ensino Fundamental, inviabilizou o atendimento à Educação Infantil.

Até 2006, com o Fundef em vigor, a Educação Infantil ficou fragilizada em sua oferta, por insuficiência de recursos. Essa situação somente muda com a aprovação do Fundeb, pela Lei nº 11.494, de junho de 2007, fruto de um intenso movimento em defesa dessa etapa. Nesse Fundo, a primeira etapa da Educação Básica foi incluída na repartição do fundo, respeitando o direito à educação das crianças de 0 a 5 anos e 11 meses.

Contudo, apesar da aprovação do Fundeb em 2007 e a inclusão da Educação Infantil ao Fundo, os municípios enfrentaram muitos desafios para organizar essa etapa, pois a demanda por financiamento foi intensa e o arrecadado nem sempre supriu as necessidades que exige essa etapa, de forma a agravar as desigualdades sociais e o acesso aos direitos social. Esse contexto, segundo Adrião e Peroni (2005), contribuiu, nos anos 1990 e início da década de 2000, para as primeiras iniciativas de reorganização da educação, segundo os ideais neoliberais.

Quanto à Educação Infantil, segundo Adrião e Peroni (2005), o terceiro setor passa a oferecê-la gratuitamente (ou em baixos custos) em espaços privados, por meio de convênios firmados para esse atendimento, abrindo espaços para diferentes processos de privatização. Podemos citar a compra do material apostilado, aquisição de sistemas de gestão elaborados por instituições – com ou sem fins lucrativos –, ampliação de matrículas custeadas por recursos públicos em instituições privadas, além da terceirização de merendas e contratação de funcionários que não integram o quadro do magistério. (ADRIÃO; PERONI, 2005).

No que se refere aos materiais fornecidos pelo terceiro setor, vejamos a argumentação de Viviane Senna (2000, p. 146), representante da Fundação Ayrton Senna:

Os materiais são fortemente estruturados, de maneira a assegurar que um mesmo professor inexperiente, ou com preparação insuficiente – como é o caso de muitos professores no Brasil - seja capaz de proporcionar ao aluno um programa de qualidade, com elevado grau de participação dos alunos na sala de aula, na escola e na comunidade.

Peroni (2012) realizou uma análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional e percebeu a diminuição da autonomia do professor, que recebe o material pronto para utilizar a cada dia na sala de aula. Para autora, as metas estabelecidas para a oferta educacional passam a dar mais ênfase ao produto final do que ao processo, como é característica da gestão democrática. (PERONI, 2012).

Para as autoras Peroni e Adrião (2006), esse tipo de parceria tem se configurado como propriedade pública não-estatal; pois, ainda que a atividade ou serviços permaneçam sob a propriedade do Estado, passam a ser geridos pela lógica de mercado, como quase-mercado.

Adrião e Peroni (2005) questionam as consequências dessa parceria para a gestão da educação pública, principalmente para a gestão democrática, tendo em vista a padronização e a determinação sobre o que e como ensinar. Como efetivar o princípio constitucional da gestão democrática do ensino e sem a participação dos segmentos escolares nas definições das políticas educacionais e dos projetos pedagógicos das escolas?

O percurso metodológico da pesquisa

Para responder aos objetivos dessa pesquisa, amparamo-nos em uma leitura crítica e de totalidade do objeto, situando-o no contexto social, político e socioeconômico mais amplo, bem como no conjunto das políticas implementadas. (MAINARDES, 2009).

No levantamento bibliográfico sobre o tema, o intuito foi realizar o levantamento do que se conhece sobre o assunto, a partir das pesquisas realizadas em uma determinada área: a relação entre o público e privado para o atendimento à Educação Infantil. Selecionamos artigos, entre os períodos de 2002 a 2019, publicados em *sites* do *Google Academic* e *Scielo* e referentes ao tema para reflexão e análise do contexto local. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183).

Utilizamos também a pesquisa documental, informações disponíveis no *site* da Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e Sudoeste Baiano (AMURC), nas páginas dos Institutos NATURA e ARAPYAU, da empresa CARGIL, instituições/empresa que foram

identificadas no município de Ilhéus-BA, e informações disponíveis em *Blogs* e *Revistas* da região Sul da Bahia que tivessem matérias sobre o tema.

Para o estudo da região Sul da Bahia e em Ilhéus-BA, o ponto de referência do levantamento da pesquisa foi o *site* da Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e Sudoeste Baiano (AMURC), criada em 21 de novembro de 1984, por prefeitos municipais de Itabuna, Ilhéus e Itajuípe, “[...] com o objetivo inicial de representar os municípios produtores de cacau da região Sul da Bahia, visando defender seus interesses diante do Estado e da União” (AMURC, 2019).

A AMURC tem um papel importante na região e tem realizado parcerias com diferentes instituições, como a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e demais empresas do setor privado, e apresenta-se como espaço aberto para as organizações da sociedade civil, para debates de interesses, em consonância com o objetivo de traçar estratégias na busca de soluções dos principais problemas regionais. (AMURC, 2019).

Apesar de todas as empresas pesquisadas nesse trabalho possuir *sites* próprios, elas possuem poucas ou nenhuma informação referente à atuação de parceria com os municípios da região Sul da Bahia, na Educação Infantil. Para conseguir dados suficientes para conclusão desse trabalho, foi necessário pesquisar em *Blogs* e *Revistas* eletrônicas do município de Ilhéus e de cidades vizinhas.

Ilhéus é um município que fica localizado no Sul da Bahia. É a cidade que tem a maior extensão de litoral do estado. Foi fundada em 1534 e passou a ser considerada cidade apenas em 1881. Sua economia baseia-se na agricultura, turismo e indústrias. O município abrange uma área de 1.583,693 km², com uma população de 180.213 habitantes, sendo 154.318 na zona urbana e 29.918 na zona rural. (IBGE, 2018).

O contexto educacional do Município de Ilhéus/BA é reconhecido como Sistema de Ensino desde 2001 e é organizado conforme a Lei nº 3.083, de 10 de dezembro de 2004, que disciplina a organização do Sistema, com ênfase na educação escolar que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. (ILHÉUS, 2004).

A Educação Básica no município é estruturada por três redes: municipal, estadual e privada. A partir de 2015, a rede passou a ser organizada em (71) instituições escolares, sendo cinquenta e oito (58) situadas na sede e treze (13) no campo, chamadas de Escolas Nucleadas ou Núcleos Escolares. Os Núcleos Escolares compreendem a reunião de escolas do campo gestadas por uma escola polo, com atendimento aos seguintes públicos: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação do Campo. (ILHÉUS, 2014).

Segundo os dados documentais cedidos pela SEDUC, o município possuía, em 2014, um total de um mil e quarenta e três (1043) professores efetivos. Na Educação Infantil, eram duzentos e cinquenta (250) docentes no ciclo da infância. Desse grupo, cento e dezenove (119) efetivos e cento e trinta e um (131) contratados. (OLIVEIRA, 2017). O atendimento nas escolas da Educação Infantil no município de Ilhéus acontece somente a partir dos 3 (três) anos de idade. O município informa o atendimento de creche, mas as crianças de zero a dois anos de idade não possuem atendimento nas instituições infantis. (OLIVEIRA, 2017).

A população de Ilhéus em idade para frequentar a Educação Infantil, de acordo com Sinopse do Censo Demográfico, ano de 2016, era de 13.826 crianças de 0 a 4 anos de idade e 15.422 crianças de 5 a 9 anos (os dados do IBGE não separam as idades). No ano de 2017, o atendimento à Educação Infantil no município foi de 605 matrículas, em creches, e 2.709 matrículas, em pré-escolas. Esses dados demonstram que o atendimento, nesse período, foi muito inferior ao que preconiza a Meta 1 - do Plano Nacional de Educação/PNE (2014-2024), tanto para pré-escola como para creche. (VIEIRA; SILVA, 2018).

As empresas e suas parcerias para o atendimento a Educação Infantil no município de Ilhéus-Bahia

Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e Sudoeste Baiano – AMURC

A Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e Sudoeste Baiano (AMURC) foi criada em 1984, de acordo com o *site*. Surgiu no apogeu do cacau para representar os municípios que detinham a segunda maior economia do Estado e sempre funcionou como um instrumento comum dos gestores municipais, sendo porta-voz dos seus associados na busca pelos interesses da população. (AMURC, 2019).

A AMURC possui sede própria, em Itabuna-BA, e suas atuações estão disponíveis no *site* da instituição, que coleciona uma série de ações visando o desenvolvimento socioeconômico, cultural, administrativo e político da região, a partir da realização de eventos institucionais, com a participação dos servidores públicos, além da execução de projetos e parcerias que vislumbram a união dos municípios. (AMURC, 2019).

Na tentativa de solucionar as demandas municipais, com seus respectivos secretários e/ou profissionais, a AMURC criou Câmaras Setoriais, por meio de uma assessoria técnica para cada município, com destaque para a agricultura e o turismo como vetores econômicos importantes para o Sul da Bahia. Além disso, a entidade está também empenhada em desenvolver ações voltadas para as áreas de educação, infraestrutura e assistência social. (AMURC, 2019).

Em 2012, criou o Fórum Regional dos Secretários de Educação – FORSEC, contemplando o total de onze fóruns das diversas áreas, com objetivo de “[...] propiciar meios para qualificar e aperfeiçoar gestores públicos municipais nas áreas estratégicas para o desenvolvimento local, com vistas a aumentar a eficiência e a eficácia na execução de políticas públicas” (AMURC, 2019).

O FORSEC foi criado pela AMURC e Secretários de Educação dos Municípios, na área de abrangência da instituição, e agrega também os conselheiros da educação, com apoio e o incentivo da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Seu objetivo é realizar integração entre a UESC e os municípios do Território de Identidade Litoral Sul. O Fórum é um órgão colegiado, objetivando congregando os titulares das secretarias do referido território. (AMURC, 2019).

Em parceria com a UESC, a AMURC criou “O AGIR MAIS”, lançado no final de 2012, com objetivo principal de aperfeiçoar gestores públicos municipais. O AGIR MAIS tem atendido às demandas das mais diversas áreas estruturantes da gestão pública municipal e o seu público alvo vai além dos gestores e equipe, atingindo também os beneficiários indiretos, que giram em torno de 39.519 pessoas. (AMURC, 2019).

A AMURC, o Instituto Natura e o Instituto Arapyau, em 20 novembro 2014, firmaram uma parceria para implantação dos Planos Municipal de Educação, que foi apresentada na Reunião do Fórum de Secretários de Educação – FORSEC. O convênio visou permitir aos municípios da região o acesso às tecnologias disponíveis pelo Instituto Natura, no sentido de implementar as tecnologias de melhorias da qualidade da educação, por meio dos programas de qualificação do Instituto. Junto a essa proposta, há a implantação dos Planos de Educação e de Plano de Cargos e Salários das Redes Públicas Municipal, na área de atuação da AMURC e do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável – Litoral Sul. (JOEL FERNANDO, 2020).

No ano de 2016, a AMURC, em parceria com o Instituto Natura e o Instituto Arapyau, debateu a implementação de um plano regional de educação na cidade de Ilhéus. Os objetivos foram discutir a organização da educação brasileira por sistema, apresentando desafios e possibilidades para (re)organização da Educação Infantil nos municípios, e debater as experiências exitosas dos municípios em relação a essa etapa da educação. A proposta era institucionalizar as Câmaras Temáticas de Educação em cada município, existentes nos consórcios, visando desenvolver um Plano de Ações para a Educação Regional. (CNM, 2016).

Desde 2012, a AMURC realiza parcerias/convênios com o Instituto Natura e o Instituto Arapyau, desenvolvendo e exercendo um papel importante junto aos gestores

municipais do Sul da Bahia. Essa atuação tem provocado mudanças nas políticas públicas de educação e, especialmente, para a Educação Infantil.

Instituto Natura

O Instituto Natura, fundado em 2010, é uma organização da sociedade civil de interesse público. De acordo com seu *site*, tem como objetivo criar e gerir projetos educacionais, buscando dar condições para que os cidadãos formem uma comunidade de aprendizagem, fortalecendo e amparando os profissionais e organizações pertencentes à área da educação, bem como professores, a comunidade escolar, gestores públicos e as próprias consultoras da Natura. (NATURA, 2019).

Os projetos desenvolvidos pelo Instituto para a educação são variados, gratuitos, *online* e com certificado reconhecido pelo MEC. Alguns dos projetos: Conviva Educação; Trilhas da Leitura e Comunidade de Aprendizagem para educadores de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, estudantes de Pedagogia e gestores escolares. Os cursos vão desde o aprimoramento da formação do educador até o suporte pedagógico infantil. O Instituto tem apoio de 35 especialistas formados em diversas áreas multidisciplinares, educação, comunicação e gestão em projetos, que ajudam a localizar os desafios e oportunidades na área da educação. (NATURA, 2019).

Há vários projetos do Instituto, nenhum firmado especificamente com Ilhéus. O projeto Trilhas, por exemplo, atua em uma plataforma digital colaborativa e de formação continuada, alinhada à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com cursos à distância e espaços de compartilhamento de experiências para professores alfabetizadores, estudantes de Pedagogia e gestores escolares. Essa Plataforma é muito utilizada pelos docentes do município. (NATURA, 2019). O Instituto Natura, em 2014, em um convênio com a AMURC e o Instituto Arapyau, como mencionamos anteriormente, assessorou os municípios na elaboração dos Planos Municipais de Educação (PMEs) e regulamentação do Plano de Carreira para os profissionais do magistério municipal. (EXPRESSÃO ÚNICA, 2015).

O município de Ilhéus aprovou seu Plano Municipal de Educação, por meio da Lei nº 3.629, de 23 de junho de 2015. É possível que o convênio de assessoramento entre esses institutos e a AMURC tenha auxiliado na elaboração desse Plano. Quanto ao Plano de Carreira dos profissionais de Educação, Ilhéus já havia regulamentado em 2008, por meio da Lei nº. 3.346, de 27 de maio de 2008.

Em 2018, os Institutos Natura e Arapyau e a AMURC organizaram o debate para a implementação da Jornada de Trabalho Docente dedicada ao estudo e planejamento, sem o contato com as crianças, chamada pelo Instituto Natura de “Reserva Técnica”, atendendo a

Lei nº 11.738/2008, a Lei do piso do magistério. O encontro atendeu a uma demanda sinalizada pelos secretários de 57 municípios, em que teriam que destinar uma parte das atividades do profissional de educação, cerca de 30%, para ações de planejamento e capacitação. (O SOLLO, 2018).

Coincidentemente, o município de Ilhéus aprovou, por meio da Resolução do Conselho Municipal de Educação/CME n. 003, de 18 de dezembro de 2018, diretrizes para implantação da Reserva Técnica, na Rede Pública Municipal de Ensino de Ilhéus, alinhadas aos requisitos estabelecidos pela Lei Federal (Lei do Piso) nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

Dois dados importantes a destacar a partir das informações mencionadas anteriormente: primeiro, é possível que o convênio entre esses institutos e a AMURC tenham auxiliado e/ou pressionado a elaboração dessas diretrizes; segundo, o Conselho Municipal de Educação apresentou uma diretriz municipal que alterou a organização do trabalho docente da Educação Infantil e utilizou o termo “Reserva Técnica”, que não consta em nenhuma legislação e/ou literatura, a não ser nos documentos utilizados pelos Institutos Natura e Arapyauá. De acordo com Cury (2006, p. 42), aos conselheiros de educação requer “[...] estudos e investigações que o conduza a conhecimentos específicos para o exercício das tarefas próprias da função”. Parece que o Conselho Municipal de Educação não observou que esse termo “Reserva Técnica” vem carregado de intenções que fogem ao escopo da valorização do magistério. Não cabe nesse trabalho apresentar análise das diretrizes apresentadas pelo CME de Ilhéus; contudo, quando se observa o documento, percebemos que ele provocou mudanças na organização do trabalho pedagógico da Educação Infantil que precisam ser estudadas.

Instituto Arapyau

O Instituto Arapyauá nasceu em 2008, inspirado pela crença de que a filantropia pode ser uma força para o bem-estar social, ambiental e econômico. É uma instituição privada, sem fins lucrativos, dedicada a fortalecer as redes, organizações e projetos que atuam na linha de frente da promoção da sustentabilidade. (ARAPYAU, 2019).

O Instituto identifica oportunidades e direciona, de forma voluntária, recursos financeiros e estratégicos para organizações, redes e projetos que trabalham pelo desenvolvimento sustentável. Além disso, busca fortalecer iniciativas coletivas e com grande potencial de impacto na transformação da sociedade. (ARAPYAU, 2019).

Ele atua na formação dos professores e na gestão dos recursos das Secretarias de Educação dos municípios da Costa do Cacau. O projeto-piloto acontece com uma parceria firmada com as prefeituras de Uruçuca e Una, municípios do Sul da Bahia, e é destinado a

Diretores das escolas municipais, coordenadores pedagógicos, professores e pais, que participam da construção do Plano de Compromisso com a Educação. Entre as metas estão a melhoria do aprendizado em Português e Matemática e a diminuição da evasão escolar. (ARAPYAU, 2019).

O referido instituto possui diversos programas sociais e na área de educação. Nesse trabalho, focamos nos programas voltados para a Educação Infantil. Assim, apresenta o Plano Compromisso com a Educação Pública, que busca contribuir para melhorar a aprendizagem dos alunos, a formação dos professores e a gestão dos recursos das Secretarias de Educação dos municípios da Costa do Cacau. Nesse plano, há um projeto a inaugurar em Serra Grande-BA, distrito de Uruçuca-BA, um Centro Integrado e Sustentável de Educação Integral que atenderá mais de três mil alunos da creche ao ensino médio e ensino profissionalizante. Há também parceria com a escola municipal de Serra Grande, com atividades pedagógicas extracurriculares que, aos poucos, foram se integrando ao horário escolar. (ARAPYAU, 2019).

No ano de 2019, junto a Rede de Agroecologia Povos da Mata e em parceria com a Associação de Aquicultores e Agricultores Familiares Orgânicos de Ilhéus (ASSAAFI), entregou lotes de alimentos orgânicos às escolas do município de Ilhéus. Os alimentos fizeram parte do cardápio escolar de mais de 70 unidades, dando às crianças a oportunidade de consumir alimentos mais saudáveis e livres de agrotóxicos (ARAPYAU, 2019).

O instituto realizou também, no ano de 2019, uma série de capacitações, com cerca de 112 merendeiras da Rede Municipal de Ilhéus. A iniciativa foi feita em parceria com a Secretaria de Educação de Ilhéus, alunos da pós-graduação em Tecnologia de Alimentos do IF BAIANO, Sebrae, Tabôa Fortalecimento Comunitário, Instituto Arapyau, Mecenas da Vida, Rede Ecovida e Escola da Gastronomia de Serra Grande. (ARAPYAU, 2019).

As merendeiras foram capacitadas em temas como: conceito de alimentos orgânicos, questões nutricionais na alimentação, composição de pratos nutritivos, receitas com itens da agricultura familiar disponíveis na região – entre eles as plantas alimentícias não convencionais (PANCs), panificação, tortas, molhos –, visando a elaborar os cardápios com maior valor nutritivo na merenda escolar. (ARAPYAU, 2019).

Como mencionamos nos itens anteriores, o Instituto Arapyau tem convênio com a AMURC e o Instituto Natura, e com eles desenvolve assessoria para a gestão municipal na elaboração das políticas educacionais municipais. Além disso, não há diretamente um projeto específico para a Educação Infantil, mas exerce atividades com as escolas municipais de Ilhéus, demonstrando sua inserção nas escolas de Educação Infantil do município.

A Cargill é uma empresa privada, de capital fechado, fundada em 1865, cuja atividade é a produção e o processamento de alimentos. Ela está presente em mais de 70 países, atua em vários projetos sociais, mas nos concentramos, nessa pesquisa, nos projetos ligados à Educação Infantil e do município de Ilhéus-BA. O Projeto “De grão em grão”, implantado em 2004, em parceria com a Prefeitura Municipal de Ilhéus, foi um dos primeiros projetos na região da empresa, tendo a Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) e a Secretaria de Agricultura e Pesca (SEAP) como executoras da ação. A Fundação Cargill promove o programa ‘De grão em grão’, que difunde conceitos sobre alimentação saudável, acessível, segura e sustentável para alunos, educadores e merendeiras, com técnicas agrícolas e atividades lúdicas em hortas escolares. (CARGIL, 2016).

O programa envolve várias escolas da rede municipal de Ilhéus, entre elas, as unidades Creche Bom Pastor, no Novo Ilhéus, a Paulo Freire, no Teotônio Vilela e o CAIC, no Hernani Sá (BAHIA ONLINE, 2013). O programa ‘De grão em grão’ tem duração de três anos.

No primeiro ano, a Fundação Cargill contribui com a montagem e a manutenção das hortas, fornecendo terra, sementes, adubo orgânico e ferramentas, ficando a assistência técnica a cargo da SEAP. Todos os alimentos colhidos são utilizados nas cozinhas das escolas e enriquecem, nutricionalmente, a merenda escolar. No segundo ano, as responsabilidades são compartilhadas, de modo que o município continue com a gestão do programa. No terceiro e último ano, a Fundação Cargill só monitora o desenvolvimento das ações. (BAHIA ONLINE, 2013).

O Programa conta com material pedagógico especial elaborado pela Editora Horizonte e revisado por nutricionistas do Serviço Social da Indústria (SESI). Além de livros didáticos, os alunos têm acesso a painéis temáticos sobre qualidade nas refeições, cultura alimentar brasileira, produção de alimentos, entre outros temas. (BAHIA ONLINE, 2013).

As atividades da empresa Cargil com o município de Ilhéus/BA demonstram as mais distintas formas de realizar parcerias entre o setor público e o privado, para administrar a educação básica pública, apresentar a responsabilidade social das empresas, e destacar os valores da sociedade local, conforme as premissas do terceiro setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa, identificamos, em pesquisas acadêmicas, a mudança do comportamento do Estado brasileiro na condução das políticas públicas, ancorada pela

ideologia neoliberal e pela inserção do terceiro setor, que altera significativamente o papel do Estado na implementação das políticas públicas educacionais.

Identificamos que a iniciativa privada amplia sua linha de ação no campo educacional, com as mais distintas formas de gestar a Educação Básica pública, provocando consequências para o processo de democratização da educação. O setor privado está cada vez mais organizado, como sociedade civil em termos gramsciano, para dar direção às políticas públicas. Entendemos, contudo, que o setor privado não é uma abstração. Conforme destaca Peroni (2015), ele é formado e operado por sujeitos individuais e coletivos em um projeto de classe, sendo parte de uma ofensiva histórica do capital e com especificidades nesse período particular do capitalismo.

Com os dados, percebemos que se amplia a imagem das empresas, buscando expansão em outro "nicho", os municípios. Estes, por sua vez, agregam condições para que o "privado se expanda para dentro do público", quer seja pela dificuldade ou impossibilidade dos municípios em constituir quadros e serviços que atendam às necessidades de suporte à oferta educacional, quer seja pelas frágeis iniciativas de colaboração entre os entes federados, ou quem sabe ainda pela capacidade do setor privado em se apresentar como alternativa tentadora aos interesses das políticas locais. A ênfase em um ou outro fator não minimiza o indesejável resultado da equação. (PERONI, 2015).

Identificamos que os institutos/empresa mencionados nesse texto têm atuado no município de Ilhéus-BA e para a Educação Infantil, em diferentes formas de parcerias, com grande influência e atuação na gestão do setor público para formulação de políticas públicas educacionais, por meio das capacitações, parcerias, assessorias e fóruns.

As empresas foram responsáveis por influenciar as políticas educacionais municipais, como a implementação do Plano Municipal de Educação, Jornada de Trabalho, Currículo da Educação Infantil, alterando a organização do contexto escolar dessa etapa da Educação Básica.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; PERONI, V. (org.). *O público e privado na educação: interfaces entre Estado e sociedade*. São Paulo: Xamã, 2005.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUL, EXTERNO SUL E SUDOESTE DA BAHIA. *Curso de Planejamento: Orçamento-Programa realizado através do programa AGIR*. Itabuna: AMURC, 2013. Disponível em: <http://www.amurc.com/sobre/programa-agir>. Acesso em: 01 abr. 2019.

INSTITUTO ARAPYAUÍ. *Desenvolvimento territorial do sul da Bahia*. Uruçuca: ARAPYAUÍ, [s.d.]. Disponível em: <https://arapyau.org.br/programas/desenvolvimento-territorial-do-sul-da-bahia/>. Acesso em: 01 de abr. 2019.

Fundação estimula produção de hortas em Ilhéus. *Bahia Online*, Ilhéus, 05 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.jornalbahiaonline.com.br/2018/noticia/23641/Funda%C3%A7%C3%A3o-estimula-produ%C3%A7%C3%A3o-de-hortas-em-Ilh%C3%A9us.html>. Acesso em: 17 de jul. 2020.

FERNANDO, J. AMURC apresenta parceria com o Instituto Natura, *Blog do Joel Fernando*, . Itapitanga, 20 nov. 2014. Disponível em: <http://blogdojoelfernando.blogspot.com/2014/11/amurc-apresenta-parceria-com-o.html>. Acesso em: 17 jul. 2020.

BRASIL. *Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. *Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996*. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19424.htm. Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei n.º 10.127, de 09 de janeiro de 2001*. Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. *Lei n.º 11.494, de 20 de junho de 2007*. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei n.º 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis n.ºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. *Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008*. Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, 2008.

BRASIL. *Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF. 26 jun. 2014.

CARGILL. Projeto de grão em grão contribui para o desenvolvimento de comunidades pelo Brasil. 01 de jun. 2016. Disponível em: <https://alimentacaoemfoco.org.br/projeto-de-grao-em-grao-contribui-para-o-desenvolvimento-de-comunidades-pelo-brasil/>. Acesso em: 01 abril. 2019

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. Encontro debate boas práticas da educação em cidades baianas. Brasília: CNM, 2016. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/encontro-debate-boas-praticas-da-educacao-municipal-em-cidades-baianas>. Acesso em: 11 de ago. de 2020.

CURY, C. R. J. *Educação e Contradição*: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

CURY, C. R. J. Conselhos de educação: fundamentos e funções. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPA*. Brasília, v. 22, n. 1, p. 41-67, jan./jun. 2006.

DOURADO, L. F. *Gestão da educação escolar*. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.

DOURADO, L. F. PNE: antecedentes históricos. In: DOURADO, L. F. *Plano Nacional de Educação: o Epicentro das Políticas de Estado para a Educação Brasileira*. Goiânia: Imprensa Universitária/ANPAE, 2017.

AMURC e municípios assinam compromisso com os Institutos Natura e Arapyauá. *Expressão Única*, Itabuna, 04 de mar. de 2015. Disponível em: <http://expressaounica.blogspot.com/2015/03/amurc-e-municipios-assinam-compromisso.html>. Acesso em: 17 jul. 2020.

GIDDENS, A. *A terceira via*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GRAMSCI, A. *Maquiavel a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

ILHÉUS. *Lei nº 3.083, de 10 de dezembro de 2004*. Prevê a disciplina, a organização do Sistema Municipal de Ensino do Município de Ilhéus – Bahia, 2004.

ILHÉUS. *Resolução do Conselho Municipal de Educação/CME n. 003, de 18 de dezembro de 2018*. Define diretrizes para implantação da Reserva Técnica na Rede Pública Municipal de Ensino de Ilhéus. Diário Oficial Eletrônico: caderno I, Ilhéus, 20 de dezembro de 2018.

KUHLMANN Jr., M. Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 14, p. 01-19, mai./jun./jul./ago. 2000.

LIMA, K. R. de S.; MARTINS, A. S. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, L. M. W. (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

MAINARDES, J. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. *Contrapontos*, Itajaí, v. 9, n. 1, p. 4-16. jan./abr. 2009.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, A. S. A educação básica no século XXI: o projeto do organismo ‘Todos Pela Educação’. *Práxis educativa*, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 21-28, 2009.

MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

INSTITUTO NATURA. *Trilhas* [s.d]. Disponível em: <https://www.institutonatura.org.br/iniciativa/trilhas/>. Acesso em: 01 abr. 2019

Dirigentes municipais debatem a Reserva Técnica de Educação. O sollo, 21 de ago. de 2018. Disponível em <https://osollo.com.br/dirigentes-municipais-debatem-a-reserva-tecnica-de-educacao/>. Acesso em: 11 de ago. de 2020.

PERONI, V.; ADRIÃO, T. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, V.; BAZZO, V. L.; PEGORARO, L. (org.). *Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

PERONI, V. M. V. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. *Pro-Posições*, 23(2), p. 19-31, 2012.

PERONI, V. M. V. Implicações da relação público-privado para a democratização da educação no Brasil. In: PERONI, V. M. V. (org.). *Diálogos sobre definições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

PINTO, J. M. de R. Financiamento da educação básica: a divisão de responsabilidades. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 6, n. 10, p. 155-172, jan./jun. 2012.

PIRES, D. O. O histórico da relação público-privado e a formação do Estado Nacional: implicações para a constituição da esfera pública. In: PERONI, V. (org.). *Diálogos sobre definições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

REZENDE, L. M. Monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – PROINFÂNCIA: Uma proposta metodológica. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) - Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2013.

SALAMON, L. A. Emergência do Terceiro Setor: uma revolução associativa global. *Revista de Administração*, v. 33, n. 1, p. 5-11, jan/mar, 1998. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/18152/a-emergencia-do-terceiro-setor-uma-revolucao-associativa-global/i/pt-br>. Acesso em: 01 de ago. de 2020.

SANTOS, J. B dos. *O FUNDEB e a Educação Infantil*. Curitiba: Appris, 2015.

SENNA, Viviane. O Programa Acelera Brasil. *Em aberto*, Brasília, MEC/INEP, v. 17, n. 71, p. 145-148, 2000.

VIEIRA, E. P.; SILVA, A. F. da. Educação Infantil nos municípios do Território Litoral Sul da Bahia: organização e desafios. In: VI CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO; IX CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Recife: ANPAE, 2018. p. 144-147.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014

**PRACTICE OF THE PRIVATE SECTOR IN CHILDHOOD EDUCATION: A STUDY
ON A MUNICIPALITY IN SOUTHERN BAHIA**
ABSTRACT

From the 2000s onwards, business activities in the political and educational fields grew, in which the private sector started to assume functions that were previously the responsibility of the State. Given this context, the objective of this research was to analyze the relationship between the public and private sectors for Early Childhood Education, and to identify the insertion of business groups offering services for this stage of Basic Education in partnership with a municipality in southern Bahia. It is a research guided by a critical reading and of the totality of reality, leading us to understand the universal and the particular, and to understand the relationship of the whole / part. A bibliographic survey was carried out, looking for articles published between the periods from 2002 to 2019 on the theme. He also used the documentary research available on the website of the Association of Municipalities of Southern Bahia, at the NATURA Institute, ARAPYAU, at the company CARGILL, in addition to blogs and magazines in the region. The results show that there is a great influence and performance of the private sector in the management of the public sector, through training, partnerships, advisory services and forums. Companies were responsible for influencing the elaboration of municipal educational policies such as SMEs, Work Days and the Early Childhood Education Curriculum.

Keywords: Early Childhood Education; Educational politics; Public-private partnership.

**LA PRÁCTICA DEL SECTOR PRIVADO EN LA EDUCACIÓN INFANTIL: UN
ESTUDIO SOBRE UN MUNICIPIO EN EL SUR DE BAHIA**
RESUMEN

A partir de la década del 2000, crecieron las actividades empresariales en el ámbito político y educativo, en las que el sector privado pasó a asumir funciones que antes eran responsabilidad del Estado. Ante este contexto, el objetivo de esta investigación fue analizar la relación entre los sectores público y privado para la Educación Infantil, e identificar la inserción de grupos empresariales que ofrecen servicios para esta etapa de Educación Básica en alianza con un municipio del sur de Bahía. Es una investigación guiada por una lectura crítica y de la totalidad de la realidad, que nos lleva a comprender lo universal y lo particular, y a comprender la relación del todo / parte. Se realizó relevamiento bibliográfico, buscando artículos publicados entre los períodos 2002 a 2019 sobre el tema. También utilizó la investigación documental disponible en el sitio web de la Asociación de Municipios del Sur de Bahía, en el Instituto NATURA, ARAPYAU, en la empresa CARGILL, además de blogs y revistas de la región. Los resultados muestran que existe gran influencia y desempeño del sector privado en la gestión del sector público, a través de capacitaciones, alianzas, asesorías y foros. Las empresas fueron las encargadas de incidir en la elaboración de las políticas educativas municipales como Pymes, Jornadas Laborales y el Currículo de Educación Infantil.

Palabras clave: Educación Infantil. Política Educativa. Asociación público-privada.

Submetido em: 24/09/2020

Aprovado em: 11/03/2021

Publicado em: 31/09/2021